

HABEAS CORPUS Nº 536.646 - CE (2019/0294287-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : AMANDA JESSICA MENEZES DE ARAUJO PESSOA
ADVOGADO : AMANDA JÉSSICA MENEZES DE ARAÚJO PESSOA -
CE034536
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : JOAO MARTINS PEREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de JOAO MARTINS PEREIRA, em face do acórdão do Tribunal de Justiça do Ceará, assim ementado (fls. 76/77):

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. 1) ALEGAÇÃO DE CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO E DOS REQUISITOS AUTORIZADORES. NÃO OCORRÊNCIA. CUSTÓDIA CAUTELAR DECRETADA SOB FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. 2) PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR DOMICILIAR. PACIENTE COM FILHOS MENORES DE 12 ANOS. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVA IDÔNEA DA INDISPENSABILIDADE DOS CUIDADOS PATERNOS. 3) ALEGADA AUSÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE ENTRE OS FATOS E O DECRETO PREVENTIVO. REJEITADA. INVESTIGAÇÃO COMPLEXA. NECESSIDADE DE TUTELA AOS BENS JURÍDICOS AMEAÇADOS. SEGREGAÇÃO CAUTELAR COMO IMPORTANTE MEIO DE DESARTICULAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS. RESGUARDO DA ORDEM PÚBLICA. HABEAS CORPUS CONHECIDO E ORDEM DENEGADA.

1. O decreto preventivo prescinde de maiores digressões, porquanto lastreia-se em vastos indícios de autoria e materialidade, além de se basear na necessidade de proteção da ordem pública, não apenas por ser o paciente acusado de crime que susceptibiliza a tranquilidade e a paz social, mas sobretudo, por existir contra o custodiado significativo acervo probatório revelando evidente *periculum libertatis*.

2. Condições pessoais do paciente, tais como primariedade, bons antecedentes, residência fixa e profissão definida, ainda que efetivamente comprovadas, devem ser avaliadas conjuntamente com as peculiaridades do caso concreto, e, portanto, não são argumentos suficientemente aptos a afastar a prisão provisória.

3. No caso em exame, o paciente não comprovou ser imprescindível aos cuidados dos menores, o que é vital para a concessão de tal benefício, tendo em vista a sua excepcionalidade e a literalidade dos incisos III e VI do aludido artigo do CPP, pelo que denego a presente ordem neste aspecto.

4. Os fatos imputados ao paciente datam de cerca de 03 (três) anos antes da

Superior Tribunal de Justiça

decretação da medida cautelar. Contudo, interessa observar que o Ministério Público, bem como as autoridades policiais, demandavam tempo hábil para traçar as estratégias adequadas para a coleta de provas e, após, a partir do material obtido, analisar o que revestia-se de relevância ou não para embasar a apresentação de denúncia formal perante o Judiciário.

5. A exigência de contemporaneidade entre a segregação cautelar e os fatos delituosos existe justamente para tutelar bens jurídicos ameaçados, de forma que, in casu, por haver uma complexa e sofisticada estrutura criminosa a qual há indícios de participação ativa do paciente, o bem jurídico a ser resguardado continua sob risco, tendo em vista que associações criminosas responsáveis por graves delitos, tais como homicídios e tráfico de drogas, não extinguem-se de forma espontânea e natural.

6. Acato a imposição de prisão preventiva como meio adequado e indispensável para desestabilizar e desestruturar a organização em questão, levando-se em consideração a influência e o poder que tais organismos detêm para manter sua perpetuação e domínio no meio criminoso.

7. Tendo em vista a natureza dos crimes expostos (organização criminosa, tráfico de drogas e associação para o tráfico), entendo não demonstrar-se adequada a adoção de medidas cautelares uma vez que não são estas suficientes para impedir o cometimento dos atos delituosos atribuídos ao custodiado.

8. Habeas corpus conhecido e denegado.

Consta dos autos que o paciente teve sua prisão preventiva decretada pela prática do crime descrito no art. 2º, *caput*, e §§2º e 4º, I, todos da Lei 12.850/2013; arts. 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06, c/c o art. 69 do Código Penal.

Sustenta o impetrante, em síntese, falta de fundamentação do decreto prisional e ausência dos requisitos ensejadores da prisão preventiva. Sustenta que a prisão foi decretada mais de 2 anos após a conclusão das investigações não havendo comprovação do perigo da liberdade do paciente. Alega que é pai de dois filhos menores que dependem exclusivamente do paciente. Aduz que não existem provas que demonstrem a autoria delitiva, nem tampouco a materialidade.

Requer, liminarmente, e no mérito, a revogação da prisão preventiva ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão ou a conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar.

Na origem, o processo n. 0106008-92.2019.8.06.0001 encontra-se na fase de apresentação de resposta à acusação, conforme informações processuais eletrônicas do *site* do Tribunal *a quo* consultadas em 1º/10/2019.

É o relatório.

DECIDO.

De início, no procedimento do *habeas corpus* não se permite a

Superior Tribunal de Justiça

produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Posto isso, a concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

Consta do decreto prisional, que foi transcrito no acórdão impugnado (fls. 80/81):

"(...) A presente ação penal é oriunda de trabalho investigativo com o intuito de identificar os integrantes de organização criminosa atuante no Município de Cascavel/CE, sendo que suas atividades seriam voltadas ao tráfico de entorpecentes e a outros crimes conexos (v.g. lavagem de capitais) naquela região.

Tendo em vista a dificuldade de operacionalizar as investigações relativas aos delitos cometidos por tal grupo criminoso, considerando ainda a impossibilidade de produção de provas por outros meios, além da grande quantidade de pessoas envolvidas, foi ajuizada representação por interceptação telefônica, em que foi possível identificar, qualificar e individualizar a conduta de diversos membros da organização criminosa em análise e seu *modus operandi*. Asseverou, em síntese, o Ministério Público, que através de interceptações realizadas, deu-se conta que Leonardo, o principal suspeito e apontado como chefe da organização, mesmo dentro da cadeia, continuava comandando o tráfico de drogas no Município de Cascavel/CE por meio de seus subordinados.

Nesse contexto, surge o nome dos demais denunciados, verificando a existência de uma estrutura geral da organização, onde, por meio das interceptações, aparecem nitidamente fatos que subsidiam a suposta prática dos crimes praticados, bem como o papel desempenhado por cada um dos membros na referida organização criminosa, apontando, inclusive, os responsáveis pelo fornecimento, comércio e depósito de entorpecentes. Observa-se, ainda, que existem integrantes responsáveis pelos crimes de homicídios realizados naquela região, com o objetivo de fortalecer o poder e status do grupo criminoso em questão, inclusive os responsáveis pelo depósito das armas de fogo utilizadas na concretização de tais delitos.

Por meio das investigações, fica evidenciada suposta formação de forte associação criminosa especializada para tráfico de drogas no Município de Cascavel/CE, verificando o *periculum libertatis*, já que em liberdade há fortes indícios de que os acusados continuem a cometer a gama de crimes que vêm cometendo, conforme verificado nas interceptações apontadas na denúncia.

Superior Tribunal de Justiça

In casu, o fumus commissi delicti encontra-se sobejamente demonstrado através das investigações encetadas. Os doutos promotores do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO, ao oferecer a Denúncia, colacionaram, inclusive, transcrições de algumas das principais conversas interceptadas, demonstrando, perfunctoriamente, que cada um dos representados nesta medida de prisão preventiva, atuam em conjunto, de forma permanente e habitual, integrando a organização criminosa, bem como praticam os mais variados crimes, sobretudo, o tráfico de drogas.

(...)

Ademais, a prisão de infratores que integram organização criminosa, inclusive em cargos de comando, serve como forma de enfraquecer a atuação de qualquer que seja a organização, visando, principalmente cessar qualquer atividade criminosa ligada à facção, que neste caso, foi apurado que os inculpinados, em tese, integram a organização criminosa que atua na prática dos delitos de tráfico de entorpecentes e a outros crimes conexos no Município de Cascavel/CE.

Nesse cenário social e probatório, é evidente que a liberdade dos representados deixaria latente a falsa noção da impunidade e serviria de estímulo para idênticas condutas, fazendo avançar a intranquilidade que os crimes dessa natureza vêm gerando na sociedade como um todo. Daí por que inevitável a conclusão sobre a necessidade da custódia para acautelar a ordem pública.

[...]

Diante do exposto, pelos fundamentos acima alinhados, atendendo pleito ministerial, decreto a custódia preventiva de LEONARDO BATISTA DE LIMA, FRANCISCO VAGNER ARAÚJO CASTRO, FALCÃO JÚNIOR LIMA VIEIRA, MARIA SANNAYRA DA SILVA CAVALCANTE, SAMUEL DE FREITAS SOUZA, LUIZ ALBERTO DE JESUS OLIVEIRA MARINETTI, ÍTALO EUFRÁSIO LEMOS, ROBERTO NOGUEIRA DA SILVA, FRANCISCO ELSON VERÍSSIMO DE SOUZA, JOSÉ LEUDIMAR FERREIRA DA SILVA, CLAUDIA OLIVEIRA DOS SANTOS, MADALENA VIANA MARTINS, **JOÃO MARTINS PEREIRA**, YURI NOGUEIRA DA SILVA, LILIANE GUABIRABA SIMÃO e JALISON BRENO DA SILVA, com o escopo de garantir a ordem pública e por conveniência da instrução criminal, sobretudo para evitar a reiteração criminosa, o que faço com supedâneo nos arts. 311 e 312 do Código de Ritos Penais.

[...].

Como se vê, a decisão de prisão apresenta fundamentação que nesse juízo inicial considera-se idônea, ao evidenciar a necessidade de interromper a atuação da organização criminosa da qual o paciente é integrante, que atua na prática dos delitos de tráfico de drogas e outros conexos.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização

Superior Tribunal de Justiça

criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes e presença de diversas frentes de atuação. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Na esteira da jurisprudência desta Corte, é válida a prisão cautelar decretada com o fim de fazer cessar a atividade de associação criminosa. Nesse sentido: HC 446.548/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 01/08/2018; RHC 96.942/RJ, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 28/06/2018; RHC 88.378/CE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 10/10/2017, DJe 23/10/2017.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Quanto à ausência de contemporaneidade, cumpre observar que há divergência nesta Sexta Turma sobre a constatação da existência ou não de contemporaneidade dos fundamentos indicados para determinar a custódia cautelar, motivo pelo qual é inviável a concessão da liminar no presente caso, sendo que a análise da matéria deve ocorrer de forma mais apurada, por ocasião do julgamento meritório.

No que se refere à substituição da prisão preventiva por domiciliar, verifica-se que o Tribunal *a quo* concluiu não haver nos autos comprovação de que o paciente é imprescindível aos cuidados dos filhos menores (fl. 83).

Em precedentes desta Corte Superior proferidos sob a exegese da hipótese normativa contida no art. 318 do Código de Processo Penal, prevista para situação prisional de natureza cautelar, entende-se que não é suficiente

Superior Tribunal de Justiça

somente o preenchimento do requisito objetivo, qual seja possuir filho menor de 6 anos de idade ou com deficiência, mas é necessária a comprovação de que o acusado é imprescindível aos cuidados do menor, o que não restou demonstrado nos autos. (RHC 76.593/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 17/02/2017).

Assim, não se constata ilegalidade flagrante que justifique o deferimento da liminar, sendo necessária a apreciação aprofundada do *habeas corpus* por ocasião do exame de mérito.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Solicitem-se informações, especialmente acerca do andamento da ação penal.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator